



v14, n2, 2017
Maio-Agosto
Dossiê Biopolítica

BIOPOLÍTICA E SUAS DERIVAÇÕES NO PENSAMENTO FILOSÓFICO-POLÍTICO DE ROBERTO ESPOSITO [BIOPOLITICS AND ITS DERIVATIONS IN THE PHILOSOPHICAL-POLITICAL THOUGHT OF ROBERTO ESPOSITO]

Fernando Gigante Ferraz

Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia.
Doutorado em filosofia pela Université de Paris I Pantheon-Sorbonne. Pós-doutorado em filosofia pela Scuola Normale Superiore de Pisa/Itália

E-mail: fernandogferraz@gmail.com

RESUMO ABSTRACT

Em um primeiro momento o texto faz uma retomada sintética das categorias de poder e biopolítica no pensamento de Foucault. Em seguida o texto passa a tematizar quais os desdobramentos que o tema da biopolítica sofrerá no pensamento filosófico-político italiano na atualidade, principalmente no pensamento de Roberto Esposito.

At first, the text makes a synthetic resumption of the categories of power and biopolitics in Foucault's thought. The text then goes on to discuss of biopolitics will undergo in Italian philosophical-political thought today, especially in the thought of Roberto Esposito.

PALAVRAS-CHAVE KEYWORDS

Biopolítica; Pensamento italiano; Esposito; Foucault; Imanência

Biopolitics; Italian thought; Esposito; Foucault; Immanence

“Por milênios, o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente”.

Michel Foucault, “La volonté de savoir”

1 Introdução

Não se trata aqui de retomar exclusivamente e diretamente os argumentos de Michel Foucault quanto às formas de exercício do poder de soberania e poder disciplinar, e os conceitos seminais de “biopolítica” e “biopoder”. A recepção dessas ideias no Brasil me parece já bastante conhecida dos especialistas. O objetivo aqui é outro. Trata-se de tentar acompanhar algumas das importantes derivações sofridas por tais categorias quando operadas pelo pensamento político italiano a partir principalmente dos anos noventa do século passado em especial, nos nomes de Giorgio Agamben e Roberto Esposito, um dos dois maiores expoentes atuais de tal tradição, tendo em vista sempre a questão de quais foram os desdobramentos alavancados.

No entanto, algumas palavras iniciais sobre a categoria de biopolítica elaborada por Foucault em meados dos anos Setenta são necessárias. Como se sabe, os conceitos de biopolítica e de biopoder aparecem na reflexão foucaultinana a título de desdobramento de sua genealogia dos micropoderes disciplinares. Aos olhos de Foucault a redução das estruturas de poder ao campo econômico e a concentração das análises marxistas e liberais do poder na figura jurídica do Estado seriam responsáveis por uma carência de análises que permitissem vislumbrar outras formas de exercício do poder, desprovidas de um centro único e primordial. A estratégia de Foucault foi a de procurar investigar as relações de poder em seu próprio exercício, tendo como objetivo capturá-las na materialidade de seu jogo.

Sob a influência de Nietzsche, para quem não existem fatos puros, mas apenas interpretações de uma sintomatologia constituída historicamente, a genealogia do poder deve ser entendida como uma análise das relações de poder em seu caráter histórico e produtivo. Ne mesma direção, a crítica ao “sujeito constituinte” mostra que o sujeito é sempre constituído historicamente por um jogo simultâneo entre a constituição dos saberes, dos discursos e dos domínios de objetos.

Quanto à perspectiva da análise da relação entre saber e verdade o objetivo do filósofo francês não foi o de avaliar o que provém da verdade ou da cientificidade em um discurso, mas de estudar os “efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”. Não há verdade “fora” do poder. A verdade é sempre produzida no interior de um campo de forças. Ademais o poder não seria uma substância que alguém deteria em algum lugar. O poder é sempre plural e relacional, exercendo-se em práticas heterogêneas e sujeitas a transformações no interior de instituições sociais determinadas. Foucault coloca em questão as concepções jurídico-políticas do poder como instância unificada na forma Estado. Não pretende com isso diminuir a importância do poder do Estado, mas quer enfatizar o fato de que durante todo o século XIX a conjunção



de micropoderes disciplinares com uma série de intervenções e controles reguladores (que Foucault denomina “biopolítica da população”) tomam a vida como alvo principal do poder. Não se trata somente de regradar comportamentos individuais, mas de normalizar a conduta da espécie, bem como de manipular, incentivar e observar fenômenos de população: tais como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições higiênicas e sanitárias, a duração e as condições da vida, etc. A partir do século XIX, mais do que disciplinar as condutas individuais, cabe ao biopoder o gerenciamento planejado da vida das populações. O que se produziu pela atuação da biopolítica não foi somente um indivíduo dócil e útil, mas a própria gestão calculada da vida do corpo social.

Após ter proposto o conceito de biopolítica para descrever as novas formas de exercício do poder sobre a vida da população no curso de 1975/76: “Em defesa da sociedade”, a pesquisa de Foucault sofre deslocamentos importantes a partir do curso de 1977/78: “Segurança, território, população”. As análises das formas do exercício do poder sobre a vida e seus problemas político-biológicos mantêm-se no centro de suas preocupações. No entanto, ao introduzir o que ele denominou de “dispositivos de segurança”, que começam a atuar a partir do século XVIII, Foucault os define como “técnicas de governo”, ou seja, formas de ação administrativa sobre a população o que o leva a construir o conceito de governamentalidade (*gouvernementalité*). Com ele o autor pode precisar a atividade ou ação por meio de instrumentos estatais de conduzir as condutas dos homens, sem que com isso tivesse sido obrigado a recorrer a qualquer conceito de Estado ou mesmo “instituição de governo” que pressuporia uma instância monolítica, pronta e acabada hierarquicamente organizada entendida como um lócus de condensação de todo o poder. Com a noção de governamentalidade vemos, uma vez mais, a recusa foucaultiana de pressupor a figura de um poder do Estado onipotente e onipresente, capaz de controlar todo o corpo social em favor de técnicas múltiplas e difusas tendo como objetivo o governo dos indivíduos

Afinal de contas, anota Foucault, o Estado talvez não seja mais que uma realidade compósita e uma abstração mitificada cuja importância é bem mais reduzida do que se imagina. Talvez. O que há de importante para a nossa modernidade, isto é, para a nossa atualidade, não é, portanto, a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de ‘governamentalização’ do estado (2008, pp. 144 e 145)



Sabe-se que a noção geral de governo, entendida como a arte de conduzir condutas dos indivíduos – governo das crianças, dos estudantes, das almas, etc. – terá um papel importante nas últimas pesquisas de Foucault sobre a hermenêutica do sujeito, sobre o cuidado de si e sobre a ética, visto o deslocamento operado pelo autor do “governo dos outros” ao “governo de si”. No entanto, nossa escolha aqui foi a de nos determos no problema do “governo dos outros”, assim escreve Foucault “por governo, compreendo o conjunto das instituições e práticas por meio das quais se guiam os homens, desde a

administração até a educação”, ou em outra formulação, “um conjunto de procedimentos, de técnicas, de métodos que garantem a condução dos ‘homens’ em sua ‘multiplicidade’”. (FOUCAULT, 2008)

No curso de 1977/78 Foucault se dispõe a interrogar os fenômenos de “população” que começam a aparecer no decorrer do século XVIII, segundo ele, uma categoria “absolutamente alheia ao pensamento jurídico e político dos séculos prévios”. Os problemas que os “dispositivos de segurança” visam não são mais os de separar binariamente os indivíduos ou de esquadrihar o espaço urbano (lepra, peste que encontramos em *Vigiar e punir*, etc), mas os de regulamentar o movimento livre e adequar a circulação de coisas, homens e riquezas, tendo como alvo justamente a liberdade. A partir desse ano e em função do material de pesquisa, Foucault foi obrigado a refinar suas análises e a abandonar o nexos binário centrado na análise da soberania (entendida como a dinâmica da proibição e do interdito) e a descoberta dos micropoderes disciplinares produtores de realidades. Agora passou a ser necessário acomodar um terceiro elemento que seriam os “dispositivos de segurança”, entendidos como o conjunto de práticas governamentais voltadas para a gestão populacional que começam a ser postas em práticas a partir do século XVIII. Apesar de longo, vale a pena citá-lo:

Com a palavra “governamentalidade” eu quero dizer três coisas. Entendo por “governamentalidade” o conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que bastante complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, entendo por “governamentalidade” a tendência, a linha de força que no Ocidente não deixou de conduzir, desde há muito tempo, na direção da preeminência deste tipo de poder que podemos denominar como o “governo” sobre todos os outros, como a soberania, a disciplina, e que conduziu, por outro lado, ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, creio que seria preciso entender por “governamentalidade” o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade média, tornado Estado administrativo nos séculos XV e XVI, encontrou-se pouco a pouco “governamentalizado”. (2008, p. 143-144)



Um tripé, portanto, governo, população, gestão-economia política. É em torno desse tripé que gira a noção de governamentalidade, uma ação ao mesmo tempo racionalizadora, reguladora e regulamentadora, tendo como alvo a população. Essas considerações gerais me parecem bastarem para o intento desse texto.

2 A diferença italiana: vida, política, história

Como é que essas considerações produzidas na segunda metade dos anos 1970 na França impactam o pensamento político italiano a partir dos anos 1990, desdobrando-se até os dias atuais? Quais seriam os motivos, como explicar o fato de que alguns autores italianos importantes tenham recentemente desenvolvido, de uma forma bastante original as reflexões de Foucault sobre a biopolítica, situando com isso o pensamento italiano no centro do debate filosófico internacional? Essa questão estará no centro das preocupações do livro *Pensiero Vivente. Origine e attualità della filosofia italiana* de Roberto Espósito (2010) no qual o autor acompanha criticamente um longo percurso do pensamento italiano desde o Renascimento até a atualidade. O que Espósito delinea não é obviamente uma história do pensamento italiano, mas uma genealogia do pensamento sobre a vida em suas relações intrínsecas com a política e a história, exatamente as três dimensões que caracterizam o horizonte da biopolítica. Não se trata também, para Espósito de retornar ao mito de uma filosofia nacional, lançando mão para isso da dialética deleuziana entre territorialização e desterritorialização. (DELEUZE, 1991) ¹. Em uma entrevista com Edgardo Castro intitulada “La filosofia contemporanea non può che farsi politica” Espósito afirma que “(...) è indubbio che se la vocazione generale della filosofia anglosassone è analitica se quella della filosofia tedesca è metafisico-ermeneutica e quella francese critico-decostruttiva, il carattere peculiare della tradizione filosofica italiana è invece politico. Non a caso i due maggiori autori italiani sono sejam Maquiavelli e Vico”. (ESPOSITO, 2012, p. 103). O que importa assinalar nessa passagem, além da clareza da descrição genérica das quatro grandes tradições do pensamento europeu é insistir no caráter político do pensamento italiano. Não podendo aqui avançar muito nessas questões, nem mesmo sobre o problema de Maquiavelli e Vico, digamos somente que, no ver de Espósito a importância de Maquiavelli estaria ligada a sua compreensão de que o conflito não é externo a ordem nem mesmo seria passível de sê-lo. Conflito e ordem são imanentes. No tocante a Vico o problema, ainda para Espósito, estaria na compreensão que Vico teria da relação entre história e origem. A origem não seria algo dado e totalmente ultrapassado, mas algo que retornaria enquanto latência. A origem estaria em latência no atual. Algo como “a contemporaneidade do não-contemporâneo” de Koselech ou ao *Unheimlich* de Freud. O que importa reter dessa última consideração é que história e sua relação com a origem e a imanência de conflito e ordem são características essenciais do pensamento italiano.

Mas voltemos ao nosso problema mais específico, tendo em mente o caráter explicitamente político do pensamento italiano. Ora, se a vida, a política e a história são desde sempre os paradigmas dessa linha do pensamento italiano, quer dizer que ele sempre se volta ao “fora” da filosofia, é um pensamento do fora, para retomar a expressão de Foucault. Trata-se de um pensamento que jamais teve como problema fundamental a

1 Quanto a isso ver Espósito *Pensiero Vivente* (2010) principalmente primeiro capítulo “La differenza italiana) pp. 3-33



consciência ou a interioridade. Por outro lado, e ao mesmo tempo, jamais foi um pensamento autorreferente, um discurso filosófico auto referencial voltado para si mesmo. É por isso, diz-nos Esposito, que a analítica foucaultiana do poder e de forma mais geral a tradição filosófica francesa ligada a um pensamento da imanência encontra um campo propício na Itália. Ainda segundo Esposito, outra característica importante do pensamento italiano é sua extroversão, uma atitude em pensar o que é o nosso presente nossa atualidade, e por isso mesmo, essencialmente político. Retomando uma expressão de Foucault é um pensamento em busca de uma “ontologia do presente”. Nesse ponto, vai *di per se* que os regimes de verdade se constituem no interior das três dimensões da história, do político e da vida. Por isso também, que a tese foucaultiana de que a filosofia é sempre uma política da verdade e seu *apriori* é sempre histórico é assumida fácil e integralmente. Isso permitiria a Esposito inserir a dimensão histórica de forma mais clara nas reflexões biopolíticas precedentes.

Mas afinal de qual política se trata? Nesse ponto a oposição entre Maquiavelli e Hobbes é fundamental. Na leitura que Esposito faz dessa oposição, faz-nos perceber de início que ela perpassa todo o pensamento italiano chegando a Gramsci e ao “operaismo” italiano dos anos 1960-70 no nome principal de Mario Tronti. Com efeito, para Machiavelli, como de resto para Gramsci, Tronti, Negri, Esposito, etc, trata-se de levar a política a um plano de imanência no qual o conflito não seja externo, mas consubstancial à ordem. Trata-se aqui da categoria de “antagonismo imanente”, categoria que aparece entre outras passagens em *Pensiero vivente* (2010, pp. 46 e ss). Ou seja, antagonismo e imanência, “contra” e “dentro”, devem ser pensados em conjunto, não separadamente. Isso porque, se se quer teorizar sobre uma “biopolítica afirmativa” como será o esforço de Esposito em *Bios*, por exemplo (2004), deve-se compreender que na base da vida estaria sempre o dissídio, o conflito.

Insisto sulla rilevanza del riferimento a Machiavelli: contro l'idea assolutistica, o protolibérale, di Hobbes che il conflitto debba cessare perché possa nascere l'ordine, il pensiero italiano, poi represo da Gramsci, ma per certi versi anche dall'operarismo degli anni Sessanta e Settanta, ritiene che l'ordine faccia tutt'uno con il conflitto. Questo, e non altro, in filosofia politica significa 'piano de immanenza': il conflitto non viene a rompere l'ordine das'esterno, ma fa già da sempre parte di esso. Uno dei problemi teorici che oggi va posto è precisamente quello del rapporto, apparentemente contraddittorio, tra antagonismo e immanenza: come pensare un'immanenza tagliata dall'antagonismo? E cosa vuol dire un antagonismo immanente? Bisogna ripensare anche la biopolítica – quella che chiamo 'biopolítica affermativa – da questo punto di vista. (2012, p. 163).



3 Biopolítica e filosofia em Roberto Esposito

Se existe um livro que tenha colocado o pensamento de Esposito em relevância

no contexto do pensamento filosófico-político internacional esse livro é *Bíos. Biopolítica e filosofia* (2004). É verdade que algo é retomado do capítulo sobre biopolítica que já havia aparecido em *Immunitas. Protezione e negacione dela vita* (2002, pp. 134-161). Mas é em *Bíos* que o autor tenta dar sua contribuição no debate sobre a biopolítica, que na esteira de Foucault, vinha sendo desenvolvido na Itália a partir das contribuições de Antonio Negri e Giorgio Agamben. Na compreensão de Esposito, tal como em décadas passadas se viveu a chamada “virada linguística”, vive-se nesses últimos decênios uma “virada biológica”, fazendo com que o transcendental da experiência não seja mais a linguagem, e sim a vida. Já afirmamos que a vida e suas relações com a história e a política estiveram no centro do pensamento italiano desde o Renascimento. A filosofia italiana não teria sido nem uma filosofia do Estado, nem uma filosofia do sujeito, da consciência ou da interioridade, abrindo, assim, perspectivas diversas daquela operada na política por Hobbes e na epistemologia por Descartes. Essa característica terá consequências na elaboração italiana da categoria de biopolítica nas suas diversas interpretações. Nesse tocante, Esposito remarca claramente suas diferenças em relação à Negri e Agamben. Em uma entrevista a Timothy Campbell publicada originalmente na revista “Diacritics” (número especial de 2006 dedicado ao seu pensamento), perguntado sobre tal diferença Esposito inicia dizendo que sua perspectiva se situa não em um ponto mediano, mas “externo e excêntrico” em relação às perspectivas confrontantes de ambos. Há claro, um elemento comum, todos os três autores partem de onde se interrompeu o pensamento de Foucault, sempre se perguntando, qual o sentido da biopolítica. Seria ela entendida como um processo substancialmente positivo, produtivo, ou ao contrário, qualquer coisa de negativo, como uma captura mortífera da vida? A diferença entre os três se mostra na resposta que é dada a essa questão. Cito longamente Esposito, pois creio ser nessa entrevista o lugar em que a questão da diferença de perspectiva entre os três autores fica mais clara.

Se Agamben ha accentuato la tonalità negativa, e anzi tragica, del fenomeno biopolitico in una modalità fortemente destoricizzante e tributaria insieme di Heidegger, Schimit e Benjamin, Negri, al contrario, ha inistito sull'elemento produttivo, espansivo, appunto vitale, della dinamica biopolitica con un riferimento esplicito alla linea che da Spinoza, attraverso Marx, porta a Deleuze. Ha anzi immaginato, accentuando in modo assoluto (...) il momento della resistenza al potere, che la biopolitica possa contribuire a ricostruire un orizzonte rivoluzionario nell cuore dell'Imperio. Io, invece, anziché radicalizzare una delle due polarità semantiche del concetto di biopolitica a svantaggio dell'altra, ho cercato di spostare i termini del dibattito attraverso la chiave interpretativa diversa, capace di leggerli insieme e di spiegarne la relazione antinomica. Il tutto senza rinunciare alla dimensione storica, como fa Agamben e senza precipitare immediatamente la prospettiva filosofica in quella politica, come fa Negri (...) questa chiave ermeneutica, questo diverso paradigma, è quello di immunizzazione” (2012, p. 79)

O texto acima e, portanto, as diferenças entre as perspectivas e especificidades



entre os três autores, ficará mais claro ainda se pudermos dizer algumas palavras sobre o paradigma imunitário. Com efeito, a imunidade é entendida na linguagem bio-médica como uma forma de isenção ou de proteção a uma doença qualquer. Na linguagem jurídica ela representa uma sorte de salvaguarda que coloca aquele que a detém numa condição de intocabilidade em relação a uma lei comum. Em qualquer um dos casos, imune é aquele que está a salvo de riscos a que estão expostos todos os outros membros da comunidade. Já assim se percebe certa dialética entre imunidade e comunidade que está na base das análises dos livros *Immunitas* (2002) e *Bíos* (2004). De forma genérica na etimologia de ambas as categorias na sua formulação latina de *immunitas* e *communitas*, vê-se que uma é o reverso da outra e em ambas derivam do termo *numus* que em latim significa “dom”, “obrigação”. Uma sorte de “obrigação donativa” ou “dom obrigatório”. Assim, se os membros da comunidade se caracterizam por essa “obrigação donativa”, a imunidade implica a isenção, a derrogação de tala condição. “è imune chi è al riparo dagli obblighi o dai pericoli” (ESPOSITO, 20012, p. 80). Esposito defende duas teses em *Immunitas* (2002). A primeira seria que esse dispositivo imunitário (a exigência de isenção e proteção) que originariamente se reduz ao âmbito médico e jurídico, se expande no curso do tempo a outras linguagens, acabando por invadir toda a experiência contemporânea, seja nos campos teológico, antropológico ou político. A segunda tese: a imunidade, necessária para proteger a vida, quando levada para além de certos limites, termina por negar a própria vida. Daí o subtítulo da obra *Immunitas*: “proteção e negação da vida”. Esposito, nessa mesma entrevista que ora acompanhamos, sugere que poderia ser dito “proteção é negação da vida”, no sentido de que, ultrapassado um determinado limite, tal proteção constringe a vida em uma armadura que não só coloca em risco a própria liberdade, com também o sentido mesmo da existência individual e coletiva. Aquilo que protege o corpo individual e político é ele mesmo o que impede seu desenvolvimento. “Si potrebbe dire – per usare il linguaggio de Benjamin – che l’immunizzazione ad alte dosi è il sacrificio del vivente, cioè di ogni forma-di-vita qualificata, alle ragioni della semplice sopravvivenza. La riduzione della vitta alla sua nuda falda biologica” (ESPOSITO, 2012, p. 81). Um leitor atento reconhece nessa última citação não só Benjamin, explicitamente nomeado, mas também Aristóteles, Arendt e o próprio Agamben, sem contar Foucault, claro. Ou seja, trata-se de um tema crucial da filosofia política do Ocidente.



Encaminhando-me para o final do texto uma questão importante seria: em que sentido e medida o paradigma imunitário poderia ser heurístico, explicativo do nosso presente, do nossa atualidade? Em outras palavras, em que sentido e em que medida o tema da *immunitas* contribuiria para uma, nas palavras de Foucault, “ontologia do presente”? Como contribuiria para responder a questão foucaultiana por excelência: como é que chegamos a ser o que somos, nós que nos tornamos isso que somos e, portanto, poderíamos ser diferentes? Para respondermos essa pergunta, uma vez mais acompanhemos Esposito, dessa feita em *Bíos* (2004). Nesse livro, o autor associa o momento específico da imunização à modernidade, quando o individualismo e o “privatismo” substituem as antigas formas de organização

associativa. Mas em termos filosóficos, o começo simbólico do processo de imunização na modernidade se dá com Hobbes. É nesse momento que a imunização encontra seu lugar na teoria e na práxis política. Na forma esperada da dialética imunidade-comunidade, os súditos trocam seu direito natural pela proteção do soberano contra os riscos e perigos implícitos na comunidade. Para Esposito as categorias modernas de soberania, propriedade e liberdade, são expressões secularizadas jurídico-políticas que surgiram, após o desmantelamento do dispositivo teológico, que deram conta, da melhor maneira possível, das demandas de proteção de autoconservação que surgiram do fundo da própria vida (Cf. ESPOSITO, 2012, p. 86). É evidente que hoje as condições de nossa experiência contemporânea e, portanto, a semântica imunitária são bastante diversas dessa da primeira modernidade. Enquanto na primeira modernidade a relação imunitária entre política e conservação da vida era mediata, justamente pela soberania, representação, direitos individuais, em um segundo momento e por derivas inúmeras chegando até nós, essa mediação se enfraquece progressivamente, a ponto de se constituir uma sobreposição muito mais imediata entre política e vida. Daí uma grande corrida em busca de dispositivos de segurança cada vez mais extensos e intensivos, o que faz com que os dispositivos imunitários que haviam funcionado passem a não mais funcionar com efeitos sempre mais complexos e danosos. A esse processo pode-se dar o nome de globalização. Quanto mais os homens, ideias, linguagem, técnicas se intercambiam, mais se exigem dispositivos de imunização. A deriva étnico-fundamentalista é uma tentativa de imunização contra a contaminação operada pela globalização. Essa deriva fundamentalista e imunitária, parte dos dois lados e das duas formações culturais e religiosas monoteístas de oriente e de ocidente.

L'attuale conflitto appare, infatti, scaturito dalla pressione contrapposta di due ossessioni imunitarie alla fine speculari: quella del fondamentalismo islâmico, deciso a proteggere fino alla morte la propria pretensa purezza religiosa, etnica, culturale dalla contaminazione della secolarizzazione occidentale e quella di una parte dell'occidente, inpegnato ad escludere il resto del pianeta dalla condivisione dei propri beni in eccesso, a difendersi dalla fame di una larga parte del mondo sempre più condannata ad un'anorexia forzata. (ESPOSITO, 2012, p. 84)



4 Conclusões

Percebe-se que a elaboração seminal da categoria de biopolítica por Foucault em meados dos anos setenta do século passado mostrou-se extremamente importante na explicitação das relações de poder nas mãos do próprio Foucault. Após a interrupção de suas pesquisas sobre biopolítica, seja pela mudança de direção operada pelo próprio filósofo em busca do que ele chamou de “cuidado de si” ou também “estética da existência” (o Foucault grego, como dizem alguns); seja pela sua morte prematura, encontrou nos

autores italianos pensadores à sua altura e à altura do seu tempo. A categoria de biopolítica foi desenvolvida pelo pensamento político italiano em direção a outros campos que não aqueles pensados inicialmente por Foucault, mas, certamente, com a mesma potência heurística. Como vimos, o conceito de dispositivo imunitário de Esposito tem sido operado pelo autor de forma bastante ampla e com resultados bastante satisfatórios. Como diria Deleuze, a tarefa da filosofia é a de criar conceitos, com uma única condição, de que sirvam e estejam a altura dos desafios de seu tempo. Parece ser esse o caso dos conceitos de biopolítica e de *immunitas*.



REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer I: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ESPOSITO, Roberto. **Da fuori. Una filosofia per l'Europa**. Torino: Einaudi, 2016.

ESPOSITO, Roberto. La filosofia non può che farsi politica. In: MATÍAS, Saidel e ARIAS, Gonzalo (org). **Roberto Esposito dall'impolitico all'impersonale: conversazioni filosofiche**. Milano: Mimesis, 2012.

ESPOSITO, Roberto. French theory and italian thought. In: MATÍAS, Saidel e ARIAS, Gonzalo (org). **Roberto Esposito dall'impolitico all'impersonale: conversazioni filosofiche**. Milano: Mimesis, 2012.

ESPOSITO, Roberto. L'immunità come soglia. In: MATÍAS, Saidel e ARIAS, Gonzalo (org). **Roberto Esposito dall'impolitico all'impersonale: conversazioni filosofiche**. Milano: Mimesis, 2012.

ESPOSITO, Roberto. **Pensiero vivente. Origine e attualità della filosofia Italiana**. Torino: Einaudi, 2010.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos. Biopolítica e filosofia**. Torino: Einaudi, 2004.

ESPOSITO, Roberto. **Immunitas. Protezione e negazione della vita**. Torino: Einaudi, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**, vol. II. Paris: Quarto Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MATÍAS, Saidel e ARIAS, Gonzalo (org). **Roberto Esposito dall'impolitico all'impersonale: conversazioni filosofiche**. Milano: Mimesis, 2012.



© Autor, com identificação do direito de primeira publicação da Revista Kalagatos.

FERRAZ, Fernando Gigante. Biopolítica e suas derivações no pensamento filosófico-político de Roberto Esposito. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 2, 2017, p. 121-131.

Recebido: abril de 2017.

Aprovado: junho de 2017.

FERRAZ, F. G. Biopolítica e suas derivações no pensamento... p. 121-131.

